



RADIOAGÊNCIA

29/05/2018 17h29

Participantes de audiência na Câmara defendem projeto de expansão do mercado livre de energia elétrica



Clique para ativar o plug-in Adobe Flash Player

↓ Baixar áudio

Em audiência pública (29) na Comissão Especial sobre a Portabilidade da Conta de Luz, debatedores foram unânimes em apoiar o Projeto de Lei de Expansão do Mercado Livre de Energia Elétrica, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia. A proposta foi colocada em consulta pública no ano passado e teve mais de duas mil contribuições. Em fevereiro, foi encaminhada pelo ministério à Presidência da República. Mas o texto ainda não foi enviado pelo governo à Câmara.

Representante da Associação Nacional dos Consumidores de Energia, Mariana Amim pediu cuidado dos deputados para que o projeto, amplamente acordado entre os diferentes atores do setor, não seja desvirtuado na Casa.

"É a primeira vez que nós vimos consenso em propostas, consenso na necessidade de reestruturação do setor, essas propostas foram discutidas por todos. E nós temos que verificar que isso aconteça também nesta Casa. Os custos não devem ser recaídos somente sobre o consumidor."

Pela proposta do governo, os consumidores atendidos em alta e média tensão, como indústrias, poderão, a partir de 2020, aderir gradualmente ao mercado livre, no qual é possível negociar diretamente com geradoras e comercializadoras o suprimento de energia. Hoje apenas grandes consumidores, com contratos de energia acima de 3 megawatts, podem aderir ao mercado livre. Pelo projeto, esse limite vai cair gradualmente até 2026.

Na audiência, o representante da Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica, Fernando Munhoz, apoiou a abertura "gradual e monitorada" do mercado de energia, nos termos do projeto do Ministério de Minas e Energia. Ele ressaltou que, pela proposta, a abertura do mercado para o consumidor residencial ainda será objeto de estudo pelo Poder Executivo.

"Este estudo será apresentado em 2022, e aí a gente terá a oportunidade de verificar, por meio desse estudo, a conveniência de abrir o mercado para todo e qualquer consumidor de energia elétrica, desde a alta tensão até chegando no consumidor residencial, na baixa tensão."

Representantes das geradoras e de produtores independentes de energia elétrica também manifestaram apoio à proposta do governo para expansão do mercado livre de energia e pediram que a estrutura do texto não seja alterada na Câmara.

Presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales elogiou o fato de o governo ter colocado o tema em consulta pública, em vez de tratá-lo em medida provisória, como muitas outras alterações no marco regulatório do setor de energia.

O presidente da Comissão Especial sobre a Portabilidade da Conta de Luz, deputado João Fernando Coutinho, do Pros de Pernambuco, disse que a intenção é dar celeridade para a matéria, quando ela chegar à Câmara. A comissão já analisa uma outra proposta sobre o tema, que também prevê a abertura gradual do mercado de energia e está em debate na Casa desde 2015 (PL 1917/15).